

HABEAS CORPUS Nº 537.884 - ES (2019/0300340-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : MARLON VICTORIO PEREIRA ANDREATTA
ADVOGADO : MARLON VICTORIO PEREIRA ANDREATTA - ES020210
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : THYAGO MEIRELLES LEITE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de THYAGO MEIRELLES LEITE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0001242-34.2017.8.08.0055.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime tipificados no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso V, ambos da Lei n. 11.343/2006, à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa (e-STJ fls. 33/45).

Irresignada, a defesa interpôs o recurso de Apelação Criminal perante a Corte local, requerendo, em síntese, a absolvição do ora paciente em razão da ausência de provas na empreitada criminoso.

O Ministério Público Estadual, por sua vez, apelou para condenar o paciente, também, pela prática do crime tipificado no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

Em sessão de julgamento realizada no dia 3/4/2019, a Segunda Câmara Criminal do TJES negou provimento ao apelo defensivo e deu provimento ao recurso ministerial, condenado o paciente, nos moldes do art. 69 do Código Penal, à pena de 12 anos e 10 meses de reclusão, e multa (e-STJ fls. 31/38).

Ainda inconformada, a defesa interpôs recurso especial, o qual, todavia, foi inadmitido da origem pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça

do Estado do Espírito Santo (e-STJ fls. 39/40).

No presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a defesa sustenta que não se aplicou a correta interpretação do art. 35 da Lei de Tóxicos, pois, no caso dos autos, *não restou demonstrado nos autos a intenção associativa, de forma estável e permanente em sintonia de atos e cooperação no propósito delituoso com os outros indivíduos apontados na denúncia* (e-STJ fl. 9).

Aduz que, "os relatos dos investigadores, colhidos na fase judicial e devidamente valorados pelo venerável acórdão, apontam para uma associação eventual de dois indivíduos para o transporte dos entorpecentes apreendidos, não existindo provas concretas de qualquer mercancia tenha sido efetivada ou mesmo o lapso temporal em que permaneciam juntos" (e-STJ fl. 9).

Por fim, pugna, liminarmente, pela suspensão dos efeitos do acórdão ora impugnado, até o julgamento definitivo do presente *mandamus*. No mérito, seja concedida a ordem para absolver o ora paciente do crime tipificado no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

No que se refere à condenação do paciente sobre o crime de associação para o tráfico de drogas, o Tribunal de origem, soberano na análise

Superior Tribunal de Justiça

dos fatos e provas, consignou que: *As provas dos autos, neste particular, são suficientes para demonstrar o enleio necessário à caracterização do crime em relação a todos os réus. Como visto, restou plenamente esclarecida nos autos a existência de um ajuste prévio entre o apelante e os réus condenados na ação penal n. 0001673-05.2016.8.08.0055, para fins de formar uma unidade associativa visando o sucesso da infração penal* (e-STJ fl. 35).

Nesse viés, nessa análise perfunctória dos autos, observo que "É certa a inadmissibilidade do enfrentamento da tese de absolvição do paciente pelos delitos de tráfico e associação para o tráfico, ante a necessária incursão fático-probatória, incompatível com a via estreita do *habeas corpus*. Precedentes." (HC n. 525.666/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 19/9/2019, DJe de 26/9/2019).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, dispenso as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator